



## LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS – LEI 13.303/2016 APLICABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO SOBRE AS EMPRESAS ESTATAIS

### Autor(res)

Carla Della Latta  
Marcio Antunes Pires  
Anibal Da Silva Bianchi  
Vitória Dos Santos Machado  
Mirelli Carolina Milhomem Pimentel  
Idocir Rodenko

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ERECHIM

### Resumo

O objetivo da pesquisa é identificar a efetividade do Estado no tocante à fiscalização das empresas estatais. O presente resumo se trata de pesquisa de revisão jurídico bibliográfica e artigos de autores que abordam o tema proposto, bem como de legislação específica. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo para analisar se o Estado cumpre de forma eficaz o seu papel de fiscalização sobre as empresas estatais com o objetivo de assegurar à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial de acordo com o disposto no artigo 85 da Lei n.º 13.303/2016.

Encerrada a análise, conclui-se que embora o Estado conte com a obrigatoriedade Constitucional da fiscalização para com as empresas estatais, inclusive com poder de mando no momento em que estas estão sob a tutela administrativa do Estado, no momento em que o Estado nomeia os seus administradores junto às empresas estatais para que sejam cumpridas as diretrizes do governo, ao mesmo tempo, tal sistemática está eivada por práticas de interesses escusos aos do interesse coletivo, restando o Estado desacreditado perante seu povo, quanto à legalidade do objetivo social das empresas estatais.